

A estrutura social nos relacionamentos interorganizacionais

The Social Structure in Inter-organizational Relationships

Minelle Silva ¹

Resumo

O estruturalismo considera a estrutura social como ‘posições em sistemas estruturados’. Sua principal proposta envolve buscar no real concreto as principais características para alinhar o lógico e o empírico. Tal visão ainda é pouco utilizada na ciência da gestão. Considerando essa discussão, o objetivo deste ensaio é compreender o relacionamento interorganizacional, a exemplo da cadeia de suprimentos, sob a perspectiva do estruturalismo. Para tanto, utiliza-se na construção dos argumentos uma lente institucionalista ressaltando que a agência, as ações, as intenções, bem como a visão teórica dos elementos que envolvem um relacionamento podem ser postos em prática para ser possível entender o real, pois não se trata de uma simples abordagem, mas uma opção no modo de pensar.

Palavras-chave: Estruturalismo; Estrutura Social; Relacionamento; Cadeia de Suprimentos.

Abstract

The structuralism considers the social structure as 'positions in structured systems'. Its main proposal involves to identify in the real concrete the main features to align the logical and empirical. However, this view is not widely used in the science of management. Considering this view, the purpose of this essay is to understand the inter-organizational relationship, such as the supply chain, in the structural perspective. Therefore, it is used in the construction of the arguments an institutional lens pointing out that the agency, actions, intentions, and the theoretical view of the elements that involve a relationship can be observed in practice to be able to understand the real, because not a simple approach, but an option in thinking.

Keywords: Structuralism; Social Structure; Relationship; Supply Chain.

¹ Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Doutorado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, atuou como Visiting Researcher Fellow na Aston University (Reino Unido) no Operations and Information Management Group-OIM, Brasil. Contato: minele.adm@gmail.com

1. Introdução

Em meio às discussões que são observadas no contexto organizacional quanto aos reposicionamentos e projeções demandadas, cada vez mais é perceptível que as organizações necessitam de uma compreensão ampla de tudo o que as circunda, entendendo que fazem parte de um todo estruturado que se modifica em relação ao que é cotidianamente praticado. No entanto, para Peci (2003), este entendimento da estrutura tem sido deixado de lado, uma vez que utiliza uma conceituação coisificada como “realidade”, “sociedade” ou “ambiente”. Faz-se necessário, assim, intensificar a discussão sobre o papel que a gestão tem para uma redefinição desta compreensão, buscando ressaltar que, por suas especificidades claras, a área pode deixar de estar à sombra de disciplinas, como sociologia e psicologia, e incorporar um discurso próprio (THIRY-CHERQUES, 2004).

São muitas as abordagens que facilitam a compreensão da estrutura, dentre as quais se destaca o estruturalismo enquanto perspectiva norteadora para a observação de fenômenos. Estudado a partir do entendimento das relações e ações que representam determinada visão sobre o objeto, o estruturalismo estimula ao estruturalista a tarefa de identificar e isolar quais são os níveis de realidade que seu ponto de vista ressalta, demonstrando a partir de modelos o resultado das práticas naquela realidade (LÉVI-STRAUSS, 1980). É uma abordagem pouco explorada, pois grande parte dos pesquisadores possui dificuldade de compreensão quanto a dois aspectos principais: (1) o termo “estrutura” possui várias acepções em diversas correntes de pensamento e (2) estas correntes se contaminaram entre si com o intercâmbio de noções, conceitos e problemas (THIRY-CHERQUES, 2004).

Como ressalta Thiry-Cherques (2006), enquanto método, o estruturalismo tem uma fortuna variada, com papel central nos ramos da psicologia, linguística e crítica, mas pouca influência direta nas ciências da gestão até então. Isso porque, ainda segundo o autor, propõe-se o abandono do exame particular de objetos. Assim, ressalta-se a não busca de compreensão das causas, nem mesmo a primazia da estrutura sobre a ação, nem a ação e o sentido sobre a estrutura, a lógica da teoria da estruturação está em desfazer o caráter fixo e mecânico que lhe é atribuído (CARNEIRO, 2006; GIDDENS, 2003). Como se observa certa dificuldade na discussão do tema no campo da gestão, optou-se por realizar uma aproximação teórica entre a noção do estruturalismo e a dinâmica que as organizações realizam no mercado.

De acordo com Parmigiani e Rivera-Santos (2011), nenhuma organização é uma ilha atuando no mercado, todas necessitam de relacionamentos com outras organizações para sobreviver. Tais relacionamentos interorganizacionais podem ser entendidos como sendo estrategicamente importantes e cooperativos entre uma organização focal e uma ou mais organizações para compartilhar ou trocar recursos no atendimento de suas metas (OLIVER, 1991; PARMIGIANI; RIVERA-SANTOS, 2011). Para tanto, como apresentam Santos e Eisenhardt (2005), deve-se observar as fronteiras organizacionais que demarcam a estrutura social que constitui a organização, as quais podem facilitar a compreensão da atuação da organização focal individualmente e em relação aos demais participantes do mercado.

Para o aprofundamento da discussão, o foco vai estar na cadeia de suprimentos que pode ser considerada como um relacionamento bastante disseminado, mas com necessidade de maiores definições teórico-metodológicas para sua aplicação, dentre as quais o entender que a estrutura está além de um conjunto de “caixinhas” sequenciadas. De acordo com Thiry-Cherques (2004), para que o estruturalismo possa ser estudado pela ciência da gestão deve-se levar em consideração que não há uma estrutura igual à outra existente, no que se refere às ações que a compõem, mas se compartilha uma mesma noção de proximidade sem haver em si uma característica de existência única, ou seja, é possível que existam diferentes sociedades com características semelhantes, mas nenhuma tem suas ações iguais às demais. Assim, esta

discussão tem por objetivo compreender o relacionamento interorganizacional, a exemplo da cadeia de suprimentos, a partir da perspectiva estruturalista.

Por meio de uma articulação teórica entre linhas de pensamento, a presente discussão incorpora o desafio de buscar compreender um elemento inerente ao campo da administração a partir da teoria da estruturação, almejando apresentar a noção do estruturalismo e o como essa visão pode contribuir para uma melhor compreensão de práticas empresariais. Para tanto, tal base teórica será apresentada a partir da Teoria Institucional com ressalva aos aspectos de agência, de ação e de intenção para o entendimento do empírico, o real. Quanto aos aspectos metodológicos, o estudo caracteriza-se como ensaio teórico, pois não se restringe a analisar o que a literatura versa sobre o assunto, mas configura-se como uma escrita reflexiva que busca estabelecer relações, convergir pensamentos e propor questionamentos que enriquecem o debate do assunto (MENEGETTI, 2011).

Para tanto, este ensaio teórico está organizado de acordo com quatro seções além desta discussão introdutória. Num primeiro momento apresentam-se aspectos sobre o estruturalismo enquanto visão do real em relação ao mundo, apresentando dentre outros pontos uma comparação com outras formas de pensar. Em seguida identifica-se uma breve discussão sobre os relacionamentos interorganizacionais a partir de um foco na estratégia da cadeia de suprimentos. No quarto momento, apresenta-se ainda a relação entre a ideia de estrutura e o relacionamento interorganizacional selecionado e, por fim, para ratificar os argumentos desta discussão podem-se observar as considerações finais com reflexões sobre o que foi discutido.

2. Estruturalismo

A discussão sobre o estruturalismo tem sua origem fundamental na pesquisa de Lévi-Strauss – *A noção da estrutura em Etnologia* – e forte influência de áreas como matemática e sociologia. Como destaca Giddens (2003, p.1), “o pensamento estruturalista, especialmente nos escritos de Lévi-Strauss, foi hostil ao evolucionismo e isento as analogias biológicas”. A proposta do autor era construir uma teoria a partir do real concreto, apresentando uma ponte entre o lógico e o empírico para o entendimento de fenômenos (THIRY-CHERQUES, 2006). Assim, o principal interesse das pesquisas estruturais, de forma precisa, é que as ciências, mais avançadas que aquela estudada, possuíam potencial de fornecer modelos de métodos e de soluções de acordo com o real (LÉVI-STRAUSS, 1980).

Para o autor, ao se falar em estrutura social, dá-se atenção nos aspectos formais dos fenômenos, no entanto, deve-se buscar uma análise tanto da estrutura aparente quanto daquela profunda relacionada com ao que é apresentado pelo espírito humano. O estruturalismo apresenta algumas semelhanças ao funcionalismo, principalmente pelo objetivismo. Apesar disso, como afirma Thiry-Cherques (2004, p. 228), a partir de Lévi-Strauss, “a estrutura reside no inconsciente e o inconsciente, a estrutura da nossa razão, se reflete na sociedade. Por isso, no estruturalismo a compreensão social é o contrário da funcionalista: a realidade não está nos fatos, mas naquilo que os fatos escondem”. Portanto, como ressalta o mesmo autor, não se trata de definir a estrutura em si, mas de encontrar o seu sentido, algo para significar.

De acordo com Lévi-Strauss (1980), para merecer o nome estrutura deve-se observar quatro condições: (1) uma estrutura oferece um caráter de sistema; (2) todo modelo pertence a um grupo de transformações; (3) as propriedades indicadas anteriores tem que prever o modo de reação do modelo; e (4) o modelo deve ser construído de tal modo que seu funcionamento possa explicar todos os fatos observados. Portanto, o sentido do real pode ser capturado e representado num modelo. Com esta noção, a ideia central do estruturalismo é a de que a estrutura – o conjunto de relações – é o determinante na explicação dos objetos psicossociais

(THIRY-CHERQUES, 2006). Como mencionado anteriormente, as abordagens para estrutura são muitas, bem como as correntes de pensamento, dentre as quais na Figura 1 apresenta-se a comparação entre as formas de pensar o estruturalismo em si.

Formas de pensar	Comparação
Positivismo	O estruturalismo se diferencia radicalmente do positivismo na medida em que o seu foco está nas causas eficientes, e não nas causas finais.
Empirismo lógico	O estruturalismo se diferencia do conceito de estrutura do empirismo lógico ao afirmar que a relação precede a seus termos e a forma precede o conteúdo. Não existem elementos primeiros, o que há são sistemas de relações entre fenômenos.
Funcionalismo	Ao contrário do funcionalismo, no estruturalismo as vidas social e cultural não são explicáveis em termos da natureza intrínseca dos fenômenos em questão.
Historicismo	O estruturalismo não nega as condicionantes históricas. Ele só se opõe à história que pretende estudar os elementos isolados, em lugar de tomar consciência dos seus nexos.
Fenomenologia	As diferenças entre o estruturalismo e fenomenologia são menos evidentes, exceto, é claro, no caso da fenomenologia existencial de Sartre, para quem todo ato é historicamente condicionado.

Figura 1: Comparação entre estruturalismo e outras formas de pensar

Fonte: Adaptado de Thiry-Cherques (2004, p.229-231).

Como se observa no quadro, as especificidades do estruturalismo traz um diferencial para esta forma de pensar, pois “o estruturalismo se distingue de outras correntes de pensamento por tratar os objetos enquanto ‘posições em sistemas estruturados’ e não enquanto ‘objetos existentes independentemente de uma estrutura’” (THIRY-CHERQUES, 2006, p.142). Com isso, para Lévi-Strauss (1980) a noção de estrutura não depende de uma definição indutiva, emerge do real concreto. Assim, a estrutura pode ser entendida como regras e recursos, a qual está repetidamente subentendida na reprodução de sistemas sociais e é totalmente fundamental para a teoria da estruturação (GIDDENS, 2003). Assim, ele ratifica que a “estrutura” é uma categoria genérica envolvida em cada um dos conceitos estruturais, quais sejam: princípios estruturais; estruturas; e propriedades estruturais.

Como indicam Takahashi e Cunha (2005), a teoria da estruturação de Giddens baseia-se na premissa de que o dualismo subjetivismo-objetivismo a partir da ideia dualidade de estrutura. Esta perspectiva, tem a ver com a recursividade da vida social em relação a dependência mútua entre estrutura e agência (PECI, 2003). Segundo Giddens (2003, p.191), “na teoria da estruturação, uma série de dualismo ou oposições fundamentais para outras escolas de pensamento social são reconceituados como dualidades”. Ainda para o autor “a teoria da estruturação baseia-se na proposição de que a estrutura é sempre tanto facilitadora quanto coerciva, em virtude da relação inerente entre estrutura e agência (agência e poder)” (GIDDENS, 2003, p. 199). Compreende-se com a definição desta perspectiva que:

[...] no estruturalismo as estruturas são simbolizáveis. Passíveis de serem operadas logicamente (isto e aquilo, isto ou aquilo etc.) ou matematicamente (operações algébricas, geométricas, topológicas etc.). [...] [Assim] os elementos de uma estrutura estão unidos por uma relação ou por um sistema de relações. Dependem uns dos outros. Também as relações são interdependentes (THIRY-CHERQUES, 2004, p. 224).

Segundo Peci (2003), a maior contribuição de Anthony Giddens esteve no estudo das ações de atores individuais e os impactos da estrutura sobre eles, a partir de uma releitura de contribuições estruturalistas – em especial de Saussure e Lévi-Strauss. Além disso, Giddens consegue ressaltar a discussão sobre o agente e a agência, na qual o ter a capacidade para e não necessariamente a intenção podem ser considerados na determinação das ações que compõem a definição de uma estrutura, isso porque intencionalmente ou não os agentes são os únicos objetos moventes que fazem as coisas acontecer (CARNEIRO, 2006; GIDDENS, 2003). Assume-se o pensamento de Lévi-Strauss, mas o foco da presente discussão está na visão da estruturação que por vezes se direciona especificamente à Giddens. O que de certo modo contribui para que seja possível inserir o estruturalismo na discussão organizacional.

3. Relacionamentos Interorganizacionais: focando a cadeia de suprimentos

Em meio às influências de muitas pressões que são identificadas na atual dinâmica de mercado, cada vez mais as organizações necessitam se posicionar, seja como respostas ao que lhe vem sendo imposto, seja assumindo um comportamento de pró-atividade na busca por uma melhor alternativa de sobrevivência (OLIVER, 1991). Para Parmigiani e Rivera-Santos (2011), alguns acadêmicos tradicionais indicam que um relacionamento interorganizacional facilita o alcance de maior eficiência e de recursos valiosos, noutra perspectiva observando as parcerias que são criadas, destaca-se que as atividades são mais eficazes e que as relações interorganizacionais e interpessoais são reforçadas. Apesar dessa noção, ao se considerar sua construção teórica como heterogênea, são necessárias explicações mais claras sobre essas em meio as interações de mercado (OLIVER, 1991; PARMIGIANI; RIVERA-SANTOS, 2011).

As discussões sobre o tema têm suas origens mais consistentes dentro do contexto de dinâmica econômica, no entanto como destacou Granovetter (1985) as ações econômicas estão envolvidas com a estrutura de relações sociais que representam o mercado. De acordo com o autor, as relações sociais contínuas contribuem para um maior entrelaçar de relações entre as instituições que compõem uma estrutura social. Com isso, a formação desses relacionamentos é influenciada por alguns determinantes, os quais segundo Oliver (1991) podem ser definidos como: necessidade, assimetria, reciprocidade, eficiência, estabilidade e legitimidade, os quais são contingenciais e assumidos em relação ao que apresenta o mercado.

Segundo a autora, normalmente os relacionamentos de uma organização com outras advêm de múltiplas contingências, as quais explicam o porquê as organizações escolhem entrar em um determinado tipo de relacionamento. Para tanto, surge a importância de se observar as fronteiras organizacionais, as quais são entendidas por Santos e Eisenhardt (2005) como demarcações das estruturas sociais. São consideradas como fronteiras: a eficiência, o poder, a competência e a identidade. Como destacam Santos e Eisenhardt (2005), criar uma visão mais relacional entre esses conceitos contribui para o entendimento melhor da posição organizacional no mercado. Se tais fronteiras forem consideradas na formação de diferentes tipos de relacionamento, a interação entre várias organizações se torna facilitada.

São muitos os formatos que representam os relacionamentos interorganizacionais, dentre os quais, a partir de uma meta-revisão, Parmigiani e Rivera-Santos (2011) destacam: Alianças, *Joint Ventures*, Relacionamentos Verticais, *Franchising*, Parcerias trans-setoriais, e redes. Dentre tais relacionamentos, para esta discussão o foco encontra-se no relacionamento vertical, mas especificamente na cadeia de suprimentos. Todavia, existem algumas confusões entre os formatos de relacionamento, uma vez que muitas vezes se equivale uma rede – que é um formato, ao relacionamento em si, ou seja, confundem-se os dois conceitos. Isso pode ser

observado em Melé (2009), pois as redes, popularmente usadas como metáforas, se referem a um conjunto de relacionamentos em relação à estrutura social.

De acordo com Burgess, Singh e Koroglu (2006), existe pouco consenso sobre o conceito utilizado para se estudar cadeia de suprimentos, sendo esta entendida ainda como uma disciplina muito fragmentada (GIUNIPERO et al., 2008). No entanto, assume-se cadeia de suprimentos como um conjunto de três ou mais entidades (organizações ou indivíduos) diretamente envolvido com os fluxos de produtos, serviços, finanças e/ou informações, do recurso até o consumidor final, o qual necessita ser gerido, assumindo-se o termo Gestão da Cadeia de Suprimentos, para lidar com esse relacionamento (MENTZER et al., 2001). Apesar dessas delimitações, está clara a necessidade de maior aprofundamento teórico desse conceito, o que se torna possível a partir da utilização de certos “tipos” de teorias, ou mesmo, pela realização de pesquisas com uma abordagem multi teórica (GIUNIPERO et al., 2008). Assim, para este ensaio define-se gestão da cadeia de suprimentos como:

A coordenação sistemática e estratégica das funções empresariais tradicionais e das táticas empresariais, dentro de uma empresa específica, e através dos negócios dentro de uma cadeia de suprimentos, com o objetivo de melhorar o desempenho em longo prazo das empresas individuais e da cadeia de suprimentos como um todo (MENTZER et al., 2001, p.18).

Essa é considerada por Burgess, Singh e Korglu (2006) a definição mais clara para o tema, apesar de haver algumas inconsistências na construção teórica do conceito. Segundo os autores pela falta de consistência teórica existente em relação ao conceito em si, deve-se buscar ultrapassar o obstáculo em relação às operações, que recebe maior foco nas pesquisas sobre o tema, e buscar adequar outras visões como a estratégica e aquela relacionada aos estudos organizacionais. Em contrapartida, Giunipero et al. (2008) afirmam que diferente do que foi argumentado por aqueles autores, a questão estratégia obteve um salto de pesquisas no começo deste século, necessitando assim de outros aprofundamentos. Assim, considerando este relacionamento pode-se aprofundar a observação do mesmo a partir do estruturalismo, pois a definição das regras e recursos que compõem esta estrutura social pode facilitar a compreensão de quais ações e interações podem ser ressaltadas.

4. A estrutura nos relacionamentos: uma visão estruturalista

Parafraseando Lévi-Strauss, se é difícil tratar a noção de estrutura social nos limites de um artigo, para a busca de uma aproximação com os relacionamentos interorganizacionais o mesmo poderia ser dito, ainda mais se existe muita fragmentação teórica para o entendimento de tais relacionamentos. Assim sendo, optou-se por uma discussão direta sobre os mesmos, ao considerar que “o princípio fundamental [para o entendimento do estruturalismo] é que a noção de estrutura social não se refere à realidade empírica, mas aos modelos construídos em conformidade com esta” (LÉVI-STRAUSS, 1980, p. 315). Segundo Thiry-Cherques (2006), isso envolve um aparato de abstração teórica na procura por totalidades, ou seja, não faz uso da análise e decomposição para identificar os elementos da estrutura.

Como apresentado por Lévi-Strauss e Giddens, para que a estrutura social possa ser definida é necessário identificar e compreender quais as relações sociais que estão vinculadas a esta perspectiva. Esta ideia está evidente na afirmação de Lévi-Strauss (1980, p. 316), a qual indica que “as relações sociais são a matéria-prima empregada para a construção dos modelos que tomam manifesta a estrutura social”. Tal noção está relacionada à definição dos relacionamentos interorganizacionais que, para Granovetter (1985), deve observar as relações

que compõem dada interação entre organizações. Assim, para este autor, à medida que a vida econômica se submete as relações sociais, surge a necessidade de se observar o papel que as articulações de mercado têm para a estrutura social.

São muitas as formas de se analisar e se organizar um relacionamento. Para Parmigiani e Rivera-Santos (2011), a perspectiva da Economia Organizacional considera que eles surgem para maior eficiência e condução das atividades no mercado. Já as Teorias Organizacionais buscam benefícios em longo prazo com foco em dentre outros aspectos construir de confiança, colaboração e aprendizagem entre as organizações. Seguindo a perspectiva do estruturalismo em si, é importante considerar as origens para tais relacionamentos, uma vez que as especificidades de cada uma das estruturas facilita a compreensão da dinâmica que esta assume e, por conseguinte, quais os apontamentos que podem ser considerados nesta visão. Segundo Castro, Bulgacov e Hoffman (2011), no Brasil o interesse pelo tema ainda pode ser considerado como recente, pois seu desenvolvimento teórico não parece ocorrer de modo significativo. Com isso é necessário aprofundar a visão estrutural.

Para tanto, alguns aspectos facilitam uma aproximação entre os temas. De acordo com Thiry-Cherques (2004, p. 237) “se tivermos a convicção de que não há repetição, de que cada fenômeno é único, o estruturalismo (e qualquer base empírica) não nos servirá. Se a nossa convicção é a de que se repete a estrutura, embora não a ocorrência, o método estruturalista é adequado”. Esta afirmação corrobora toda a construção até aqui, uma vez que fica clara a necessidade de considerar as especificidades do real concreto para o estruturalismo, mesmo que estruturas superficiais sejam criadas. É o caso das cadeias de suprimentos, a ênfase ainda observada possui foco apenas na integração e interação entre dois principais membros (como a empresa focal e o principal fornecedor), no entanto entende-se que isso poderia ser ampliado (GIUNIPERO et al., 2008).

Uma ampliação que não necessariamente deve considerar uma amplitude de relações entre diferentes atores ou mesmo os impactos externos que podem ser realizados, mas que considere a dinâmica de atuação para aquele relacionamento, que considere os aspectos locais e demonstre a relação com sua evolução no mercado, que demonstre a movimentação dos agentes e as relações de coerção e poder que podem ser verificadas para a construção de uma lógica de colaboração, cooperação e confiança para o fortalecimento da estrutura. Ressaltam-se no campo das organizações discussões sobre as cadeias logísticas, por exemplo, no entanto, partindo da visão de que não existem estruturas dadas, preexistentes e alheias à atividades dos atores, mesmo com esta noção é preciso haver uma maior exploração da lógica estruturalista para entender tais relacionamentos (CARNEIRO, 2006; THIRY-CHERQUES, 2006).

Como destaca Thiry-Cherques (2006), não se trata de buscar as estruturas nas relações submetidas à observação, nem construir uma estrutura *a priori*, sem observação, como utilizar estruturas organizacionais expressas nos organogramas, mas buscar o que subjaz isso, como inerente à razão humana, o que de fato expressa aquela estrutura a partir dos agentes, regras, recursos, enfim ao que o real apresenta como evidente. O estruturalismo é uma “filosofia sem sujeito” (THIRY-CHERQUES, 2004; 2006). Isso deve ser considerado, pois a estrutura ao mesmo tempo em que é restritiva pode ser facilitadora, meio e fim da conduta que organiza (TAKAHASHI; CUNHA, 2005). Com isso, parte-se da noção de mudança nas ações e na conduta dos agentes, fato este que para a compreensão do relacionamento pode ser facilitado pelo uso da Teoria Institucional como lente teórica no campo empírico.

Assim, com a incorporação das práticas organizacionais, seguindo uma lógica de mudança contínua e adequação dos agentes as adequações de mercado, tem-se uma noção do seu impacto e contribuição das organizações para a estrutura em si. Como Machado-da-Silva, Fonseca e Crubellate (2005, p.27) indicam:

Uma prática institucionalizada permanece em estado de equilíbrio provisório e dinâmico: quanto maior for o seu grau de institucionalização, menor a probabilidade de que seja bruscamente modificada. Por outro lado, mesmo uma prática altamente institucionalizada não é imutável no transcorrer do tempo, já que ela sempre estará vindo à tona no contexto das interações sociais, sendo, portanto, submetida à possibilidade de manutenção ou de alteração nos seus aspectos estruturados ou nas ações decorrentes, os seus aspectos estruturantes.

Com esta perspectiva, percebe-se que o reconhecimento de pluralidade de estruturas sociais contribui diretamente para o entendimento do porque e do como se busca a realização de uma mudança (BECKERT, 2010), o que é totalmente relacionável a ideia de cadeia de suprimentos. Isso ocorre, pois se uma mudança for observada em uma das estruturas analisadas, novas oportunidades de mudança surgem nas estruturas do campo. Para DiMaggio e Powell (2005), a estabilidade no campo para as ações institucionalizadas necessitam de um impulso inexorável em direção à homogeneização, o que indica a discussão sobre o isomorfismo. Os processos isomórficos facilitam as práticas em um campo organizacionalⁱ por isso são necessários.

Em meio as discussões, Carvalho, Vieira e Goulart (2005, p.868) indicam que a conformidade ao contexto institucional, pode ser considerada a partir do entendimento de que ele não deriva nem de imobilismo social e nem homogeneidade plena, mas que são mediados pelas interpretações dos indivíduos e das próprias organizações. Essas mudanças podem ocorrer de diversas formas, com a agência e o estudo do processo de institucionalização considerados a partir de incertezas no ambiente organizacional. Para Seo e Creed (2002) se as instituições são, por definição, firmemente enraizadas em regras, normas e rotinas, e elas são tão poderosas que as organizações e os indivíduos estão aptos a cumpri-las automaticamente, então as novas instituições criadas ou já existentes mudam ao longo do tempo.

Apesar disso, embora há força da teoria institucional em sua capacidade de demonstrar como as organizações estão relacionadas com o ambiente institucional, essa tende a subestimar a importância do interesse e da agência. Assim, Machado-da-Silva, Fonseca e Crubellate (2005) criticam o posicionamento de alguns estudiosos brasileiros que trabalham com a temática, pois esses privilegiam uma visão sobre a Teoria Institucional voltada à estabilidade plena, a persistência e a permanência, limitadores da ação organizacional. À medida que ocorrem as mudanças, principalmente em economias modernas, as pressões forçam atores coletivos a assumir posições mais reflexivas em relação às práticas, ou seja, se legítima o que foi estabelecido (GREENWOOD; SUDDABY; HININGS, 2002).

Nesse sentido assume-se a ideia de certa estabilidade, para o entendimento da cadeia de suprimentos, já que segundo os autores em um processo de mudança organizacional parte-se de uma visão de desestabilidade, para uma nova noção estável que envolve o processo de institucionalização, por meio de um conjunto de ações de compreensão, adaptação e criação de práticas, normas e/ou ferramentas. Desse modo é que se observa um conjunto de organizações tão parecidas no campo organizacional. As pressões que causam a inicial desinstitucionalização são iguais para um conjunto de organizações de um mesmo setor econômico. Assim sendo, cabe a cada uma dessas organizações a capacidade de agência e adequação ao novo delineamento de mercado, ou seja, assume-se uma perspectiva de autonomia, na qual por si as organizações mudam.

De acordo com DiMaggio e Powell (2005) o isomorfismo pode ser observado sob três vertentes básicas: Coercitivo (resultante tanto de pressões formais quanto informais exercidas sobre as organizações por outras organizações das quais elas dependem), Normativo (deriva principalmente do processo de profissionalização) e Mimético (a partir da incerteza do ambiente, as organizações podem vir a tomar umas as outras como modelos, efetivando-se assim essa ação mimética). Assim, organizações que atuam sob o contexto do isomorfismo

não são iguais, uma cópia autêntica das demais participantes do campo de atuação, mas semelhantes de modo tal que conseguem convergir em um mesmo sentido para a efetivação de uma prática que se volte no sentido coletivo.

Toda esta lógica demonstra que o estruturalismo pode ser utilizado como visão para os relacionamentos interorganizacionais, a partir de suas especificidades na construção das estruturas, à medida que tais relacionamentos, como cadeias de suprimentos, podem assumir uma noção de definição de ações intencionais ou não, de acordo com o movimento de seus agentes, para que seja possível sua efetivação dentro do campo da gestão. Considerando as estruturas como ‘posições em sistemas estruturados’ é possível observar a utilização de todos os aspectos da teoria da estruturação para a captação do real concreto em modelos específicos. Com todas essas considerações, percebe-se que principalmente para os pesquisadores de relacionamento interorganizacionais existe certa dificuldade em usar tal perspectiva, pois surgem demandas que quebram a lógica sequenciada “imposta”.

5. Considerações Finais

Diante do que foi aqui apresentado, mesmo entendendo que é possível incorporar uma forma de pensar diferente do habitual, o qual busca no real concreto ressaltar as características específicas da estrutura social, o estruturalismo não é simples e pode conduzir a ilusões (THIRY-CHERQUES, 2004). Como indica Thiry-Cherques (2004), o estruturalismo é uma opção e não um dever, de acordo com as convicções de quem estuda. Por isso, é interessante ressaltar a possibilidade de utilizar este modo de analisar um relacionamento a partir das muitas contribuições que o ‘diferente’ pode apresentar. Por não ser simples e uma opção, esta discussão realizada pode estimular o desenvolvimento e a realização de pesquisas que busque considerar essa forma de pensar, gerando avanço no que vem sendo pesquisado.

Além disso, por haver certa lacuna teórica na construção e compreensão do que são as cadeias de suprimentos, percebe-se que a utilização da Teoria Institucional como perspectiva estruturalista para a compreensão dos aspectos de agência e ‘realidade’ facilita a definição de uma agenda de pesquisa que possam ser criadas com este intuito. Segundo Thiry-Cherques (2006, p. 143), “o estruturalismo aceita que existam causas, relações causais e mudanças, até mesmo de caráter histórico (relações diacrônicas), mas não crê que tais relações sejam determinantes na compreensão do mundo que nos cerca”. Outras definições precisam ser realizadas e isso de acordo com a incorporação desta visão pelo pesquisador. Com isso, torna-se facilitado a construção de um alinhamento teórico, metodológico e epistemológico por parte de quem lida com o estudo empírico deste tema.

Considerando toda discussão realizada, percebe-se que o objetivo deste ensaio teórico foi atendido por demonstrar como a partir do estruturalismo (com uma vertente institucional) podem-se discutir relacionamentos organizacionais dentro da ciência de gestão. Assume-se como limite a realização de uma discussão unicamente sob o contexto teórico, o que não pode ser considerado como limitação, pois consegue demonstrar um conjunto de relações. Com o que aqui foi realizado torna-se facilitada a possibilidade de alinhar o lógico e o empírico, com a compreensão do real em si. Para que tal lógica se torne melhor compreensível, deve-se no campo (no real, no empírico) identificar como mudanças em relacionamentos podem expor quais seriam as efetivas representações do que se é pesquisado.

Referências

BECKERT, J. How do fiels change? The interrelations of institutions, networks, and cognition in the dynamics of markets, *Organization Studies*, v. 31, n.5, 2010.

BURGESS, K.; SINGH, P. J.; KOROGLU, R. Supply chain management: a structured literature review and implications for future research, *International Journal of Operations & Production Management*, v. 26, n. 7, p.703-729, 2006.

CARNEIRO, C. M. Q. Estrutura e ação: aproximações entre Giddens e Bourdieu, *Tempo da Ciência*, v. 26, n. 13, p.39-47. 2006.

CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F.; GOULART, S. A trajetória conservadora da Teoria Institucional, *Revista de Administração Pública – RAP*, 39, p. 849-874, 2005.

CASTRO, M.; BULGACOV, S.; HOFFMAN, V. E. Relacionamentos interorganizacionais e resultados: estudo em uma rede de cooperação horizontal da região central do Paraná, *Revista Administração Contemporânea – RAC*, v. 15, n. 1, 2011.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais, *Revista de Administração de Empresas - RAE*, v. 45, n. 2, p.74-89, 2005.

GIDDENS, A. Estrutura, sistema, reprodução social. In: GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 191-265.

GIDDENS, A. Elementos da teoria da estruturação. In: GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 1-46.

GIUNIPERO, L. C.; HOOKER, R. E.; JOSEPH-MATTHEWS, S.; YOON, T. E.; BRUDVIG, S. A decade of SCM literature: past, present and future implications, *Journal of Supply Chain Management*, v. 44, n. 4, p.66-86, 2008.

GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure: the problem of embeddedness, *The American Journal of Sociology*, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

GREENWOOD, R.; SUDDABY, R.; HININGS, C. R. Theorizing change: the role of professional associations in the transformation of institutionalized fields, *Academy of Management Journal*, 45 (1), p. 58-80, 2002.

LÉVI-STRAUSS, C. *A noção de estrutura em etnologia*. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 1-43. (Coleção Os Pensadores).

MACHADO-DA-SILVA, C.; FONSECA, V. S.; CRUBELLATE, J. M. Estrutura, Agência e Interpretação: Elementos para uma abordagem recursiva do processo de institucionalização, *Revista Administração Contemporânea – RAC*, Edição Especial, p. 9-39. 2005.

MELÉ, D. The practice of networking: an ethical approach, *Journal of Business Ethics*, v. 90, p.487-503, 2009.

MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio teórico? *Revista de Administração Contemporânea – RAC*, v.15, n.2, p.320-332, 2011.

MENTZER, J.T.; DEWITT, W.; KEEBLER, J. S.; MIN, S.; NIX, N. W.; SMITH, C. D.; ZACHARIA, Z. G. Defining Supply Chain Management, *Journal of Business Logistics*, v. 22, n. 2, p.1-25, 2001.

OLIVER, C. Determinants of interorganizational relationships: integration and future directions, *Academy of Management Review*, v. 15, n. 2, 1990.

PARMIGIANI, A.; RIVERA-SANTOS, M. Clearing a path through the forest: a meta-review of interorganizational relationships, *Journal of Management*, v. 37, n. 4, 2011.

PECI, A. Estrutura e ação nas organizações: algumas perspectivas sociológicas, *Revista de Administração de Empresas - RAE*, v. 43, n. 1, p. 24-35. 2003.

SANTOS, F. M.; EISENHARDT, K. M. Organizational boundaries ant theories of organization, *Organization Science*, v. 16, n. 5, p.491-508, 2005.

SEO, M.; CREED, W. D. Institutional, contradictions, praxis, and institutional change: a dialectical perspective, *Academy of Management Review*, 27, p.222-247, 2002.

TAKAHASHI, A. R. W.; CUNHA, C. R. Teoria da estruturação e esquemas interpretativos: contribuições à análise organizacional, *Revista Gestão.Org*, v. 3, n. 3, p.182-196. 2005.

THIRY-CHERQUES, H. R. Estrutura e condição: argumentos em favor dos métodos estruturalistas em pesquisas no campo das ciências da gestão, *Revista de Administração Pública - RAP*, v. 38, n. 2, p.221-241. 2004.

THIRY-CHERQUES, H. R. O primeiro estruturalismo: método de pesquisa para as ciências da gestão, *Revista de Administração Contemporânea - RAC*, v. 10, n. 2, p. 137-156. 2006
